

# PSICOLOGIA, DEMOCRACIA E LAICIDADE

Refletir sobre o tema “Psicologia, Democracia e Laicidade” sob a ótica crítica da Psicologia se esbarra menos em questionar a relação do sujeito com a espiritualidade e mais em problematizar o uso da religião como estratégia institucional coletiva e organizada diante das políticas de regulação da vida. Como se dá o uso da religião como estratégia moral política e, conseqüentemente, como essa prática ameaça a democracia? De que forma a Psicologia se implica nesse confronto produtor de subjetividades? Como pensar essa questão no plano político nacional neste momento histórico?

Vivemos em tempos talvez não de barbárie, mas de um “processo civilizatório” controverso e perverso em suas racionalidades; e extremamente problemático em termos de garantias democráticas e subjetivas. Sabe-se, hoje, que o que podemos chamar de Psicologia brasileira estruturou a construção de conhecimentos e de sua conduta profissional baseando-se em dois princípios éticos fundamentais: o princípio soberano da Laicidade e o de proteção e defesa dos Direitos Humanos. É dessa forma que somos implicados cotidianamente a responder os desafios que atravessam nossas

práticas sendo convocados a determinados posicionamentos.

Estejamos atentas, portanto, a uma questão: não é por fundamentar-se na laicidade que a Psicologia, como campo de produção de conhecimento e práticas, deva refutar-se de discutir a religião e sua relação com a política. Ao contrário: implica no reconhecimento de que a produção de subjetividades é promovida tanto pela Psicologia quanto pela Religião e que, infelizmente, pensar isso a partir do que vivemos no Brasil desmotiva e abala qualquer crença de Estado Laico possível.

Tomamos aqui a questão da Laicidade a partir da sua compreensão como um dispositivo político que organiza as instituições básicas do Estado e regula seus funcionamentos quanto à separação entre a ordem secular e os valores religiosos. É possível compreendê-la, ainda, como um dispositivo jurídico presente na Constituição de 1988 à medida que lá se coloca que “não é permitido ao Estado estabelecer vínculos com grupos religiosos, uma exigência que estimula a neutralidade, a igualdade e a não discriminação no funcionamento das instituições básicas”. Por fim, e definitivamente não menos importante, faz-



se necessário pensar a laicidade não tanto como um regime político ou uma organização social que se instaura repentinamente, mas primordialmente como um dispositivo político, cultural e sociológico sempre em disputa e necessariamente relacionado com a efetivação de uma democracia.

Em ano de eleições sob a sombra de constantes movimentos de ameaça aos Direitos Fundamentais, pensar a atuação da Psicologia requer uma análise política de um campo que está diretamente ligado ao nosso, à medida que também produz subjetividades a partir de suas normativas. Somos convidadas, assim, ao campo da política legislativa e suas estratégias de regulação. Somos, ainda, convocadas a refletir os diversos aspectos subjetivos que envolvem os processos de exclusão e discriminação consequentes de uma laicidade incerta. O que hoje no Brasil nos leva diretamente a pensar, não somente, mas com maior atenção e cuidado, ao movimento intitulado “Frente Parlamentar Evangélica”.

## 1. DAS DISPUTAS E ESTRATÉGIAS

Em 1996 o sociólogo Antônio Flávio Pierucci, ao analisar a participação da bancada evangélica já na assembleia de construção da Constituinte - que em 2016 fez 30 anos - afirmou a possibilidade de que eles vieram para o mundo da política para ficar. Não se tratava de uma estratégia limitada à conjuntura privilegiada de elaboração da nova Carta Magna, mas suas ações e organização política o levaram a acreditar que os parlamentaristas evangélicos pretendiam permanecer e ir além. Encerramos o ano de 2016 com a histórica participação no

jogo eleitoral com 250 representantes pelo Brasil, que pleitearam vagas aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador de todas as capitais. No total, foram 195 “pastores”, 33 “missionários”, 14 “bispos”, sete “apóstolos” e um “presbítero”. Lideraram Comissões legislativas (como por exemplo a de Direitos Humanos e Minorias) passando até mesmo pela própria presidência da Câmara dos Deputados Federais. Levaram a prefeitura do Rio de Janeiro e em São Paulo dobraram sua representatividade. Estamos frente a um candidato à Presidência da República em intensa e aversiva campanha eleitoral.

Retrato, assim, o contexto em que atualmente se sustentam as mais controversas e conservadoras manifestações religiosas e morais na atuação de diversos parlamentares. Após a constituição de uma Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional e sua massiva participação em diversas pautas políticas nacionais, este grupo vem chamando a atenção das mídias e da população, resultando em uma atuação que não pode mais ser desconsiderada das análises políticas do país. Em outras palavras: eis aqui o berço em que se sustenta “bolsonaros e afins”. Podemos considerar, inclusive, este cenário como sede de muitas afrontas democráticas que esbarram necessariamente em nosso campo de atuação, à medida que só existe Psicologia se existe laicidade. E laicidade sem democracia ou democracia sem laicidade é logicamente impossível, porém constante e audaciosamente praticável.

A crise do regime militar, o início do pluripartidarismo, a tentativa de redemocratização do País e a elaboração

da nova Constituição Federal, em 1988, marcam a década de 1980 como um período no qual diversos grupos sociais buscaram as garantias de seus direitos civis. Este é um reflexo de nossa transição lenta e gradual de um período de 20 anos de ditadura militar para uma suposta democracia, de modo que uma série de garantia dos direitos civis precisou ser novamente construída e negociada. Ou seja, forças políticas divergentes passaram a ocupar e a moldar o novo cenário político do País, lutando cada qual por seus interesses específicos. Entre elas, os evangélicos pentecostais, que já em crescente expansão populacional, marcaram presença na Constituinte.

Nesse momento histórico percebemos um ponto de tensão no que se refere à laicidade e democracia. O que antes era marcado por uma postura mais “passiva” politicamente, ou seja, um discreto apoio indireto ao regime militar transforma-se em uma disputa de mercado político representativo, à medida que se inicia o movimento de incentivo ao voto entre “irmãos” para concorrer junto aos católicos sua parcela “democrática”. O interesse primordial é a proteção de seus ideais conservadores e de uma retomada a uma versão cada vez mais tradicionalista da moral cristã.

A partir de 2003, cresce o número de evangélicos parlamentares eleitos. No entanto, somente o crescimento numérico não é suficiente para justificar a criação da Frente Parlamentar Evangélica. Concomitante à construção do Novo Código Civil, em 2003, deu-se também a Constituição de uma Frente Parlamentar Evangélica que, nesse mesmo ano, surgiu como uma oportunidade para a

organização e atuação conjunta. O Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005 da Câmara dos Deputados, caracteriza a Frente Parlamentar como uma associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade. Enquanto estratégia política organizada, na legislatura passada (2010-2014), tomaram posse 73 congressistas evangélicos, sendo 70 deputados e 3 senadores. Em uma série histórica o número mais que dobrou: em 2006 eram 36 dos quais foram reeleitos 34. Já na atual legislatura (2015-2019), a FPE contou com um pequeno acréscimo no número de integrantes, passando a contar com 74 deputados.

O referido segmento é um dos que mais apresenta entraves para a aprovação de leis que buscam amparar o movimento LGBTTT e demais ações voltadas aos Direitos Humanos, intensificando sua importância na representatividade na política brasileira. Os valores defendidos pelas figuras políticas ligadas a este grupo geralmente entram em conflito com interesses de outros movimentos, restringindo e dificultando de forma constante o acesso a direitos para segmentos específicos. Entra na pauta dos parlamentares a defesa da família heteronormativa, o combate sistemático à legalização do aborto e demais políticas de saúde para as mulheres, o não reconhecimento da união civil entre homossexuais como sujeitos de direitos, posições extremamente conservadoras no que se refere à descriminalização das drogas e pautas referentes aos Direitos Humanos de forma geral.

Embora composta por partidos e denominações concorrentes, a Frente Parlamentar Evangélica, com uma grande frequência, apresenta estratégia e atuação conjunta e reflete o poder de mobilização dos pentecostais na sociedade brasileira. Assim, o que poderia ser um espaço de construção de instrumentos políticos emancipatórios e democráticos é, de maneira crescente, marcado pela discriminação de determinadas possibilidades de existência, numa dinâmica que inviabiliza a compreensão da diferença de modo a promover e legitimar desigualdades. Vale ressaltar que estes são posicionamentos organizados politicamente e que certamente não se traduzem em todo o pensamento ou posicionamento dos sujeitos destas religiões.

## 2. Daquilo que nos afeta

O compromisso ético da Psicologia com as questões como diversidade sexual e com demais aspectos compreendidos no campo dos Direitos Humanos é comprometido e afrontado constantemente. Há, sobretudo, uma ameaça sistemática a partir das ações e pautas propostas pelos representantes políticos da Frente Parlamentar Evangélica. A diversidade sexual, seguindo o exemplo, sofre publicamente processos de estigmatização num movimento contínuo de ataques aos seus direitos e propagação de um conjunto de ideias que tende a afirmar moralmente discursos de ódio e ações preconceituosas. As ações da Frente Parlamentar Evangélica são múltiplas e recebem apoio e legitimidade em diversos campos do saber.

No caso da Psicologia esses interesses conservadores e morais confrontam certa postura ética que nosso campo de conhecimento preconiza. Um exemplo

notável disso foi o lançamento, em todo território nacional, de discursos em torno de uma possível “Psicologia Cristã”. Mais ainda, a propagação de metodologias clínicas, produções teóricas com a finalidade de provocar e produzir um movimento de proposta de formação em “Psicologia Cristã”. Em sua maioria, notou-se posicionamentos extremamente preconceituosos e limitadores às práticas democráticas. Não à toa, de forma muito lúcida, o Conselho Federal de Psicologia se posicionou contrário a essa posição, já que de acordo com a Lei 4.119/1962, para se intitular psicóloga(o) e exercer legalmente a Psicologia, a(o) profissional deve ser diplomada(o) em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC e devidamente registrada(o) junto ao CRP, conforme estabelecem as leis 4119, de 1962, e 5.766, de 1971. Pauta-se, ainda, que de acordo com a resolução CFP 13/2007, o Conselho Federal de Psicologia reconhece apenas uma Psicologia, que se constitui por 12 especialidades, técnica e cientificamente validadas. “Psicologia Cristã” definitivamente não é uma delas. O CFP ressaltou, dessa forma, que a Constituição brasileira assegura a laicidade do Estado, e o Sistema Conselhos de Psicologia pauta-se por tal referencial ao realizar suas ações de orientação, fiscalização e regulamentação da profissão. A autarquia comunicou de forma pública, adicionalmente, que encaminhou ofícios a estabelecimentos de ensino que não se referem à formação em Psicologia conforme a definição legal em que solicitou alteração no nome do curso e nas campanhas de divulgação.

Este é apenas um dos exemplos que podemos trazer para pensar o problema da Psicologia, democracia e laicidade. Muitas

são as pautas correntes na ordem do dia do Congresso Nacional - e na política brasileira de forma geral - que dizem respeito ao nosso campo de saber por afetarem e produzirem diretamente algo no campo das subjetividades. Discussões sobre racismos, violências à população não heterossexual, violência contra mulheres e crianças são pautadas de forma conservadora em projetos de leis e em propostas políticas cotidianas.

Uma Psicologia comprometida ética e politicamente com sua época e seu fazer deve prezar pela Laicidade como princípio e garantia de um Estado Democrático. O que está em jogo é na verdade um grande conflito ideológico pautado constantemente por membros e simpatizantes das causas da Bancada Evangélica e, evidentemente, tal colisão atinge não só os aplicadores do Direito, mas todos àqueles cuja intencionalidade é a prática e garantia de liberdades democráticas.

Trata-se de defender sempre a laicidade de Estado (e da Psicologia) para que decisões políticas em espaços públicos não sejam motivadas, justificadas e sustentadas por práticas e discursos religiosos organizados, como vemos hoje em evidência em nosso país. Estamos falando de um grupo político organizado que insiste na tentativa de homogeneização de práticas sexuais, de posicionamentos políticos e de formas de conduzir a sociedade que visam aniquilar as diferenças e hostilizar qualquer tipo de debate político honesto e produtivo. Estamos falando de produção de subjetividade, de produção de sujeitos que se adequariam mais ou menos às normas conservadoras pautadas. Estamos, definitivamente, falando de produção de exclusão, de processos de

violação de direitos, de precarização da vida e de sofrimento psíquico.



Juliana Rego Silva é psicóloga formada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e possui mestrado em Psicologia Social com ênfase em cultura e processos de subjetivação (PPGP/UFSC). Atua como Psicanalista em Florianópolis onde participou do projeto Clínicas do Testemunho e atualmente é da equipe de coordenação do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Cultura da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP/SC).